



## Marco Legal da Primeira Infância passa em Plenário e vai a sanção

Entre as novidades trazidas pela nova legislação, está o aumento do prazo da licença-paternidade para 20 dias e da licença-maternidade para 6 meses

O projeto aprovado ontem determina que famílias com crianças na primeira infância, que vai até os 6 anos de idade, deverão receber formação sobre educação sem castigos físicos, entre outros assuntos. Estabelece ainda como questões prioritárias a saúde, a alimentação, a educação, a convivência familiar e comunitária, a assistência social, a cultura, o lazer e o meio ambiente. Os prazos de licença também valerão para pais e mães adotivos. **3**



Moreira Manz/Agência Senado

A aprovação foi comemorada pelos senadores, como a relatora do texto, Fátima Bezerra (sentada, à direita): "É uma legislação muito avançada"

**Renan: Legislativo terá de analisar temas polêmicos **2****

**Nobel da Paz quer que Casa aja contra trabalho escravo **7****

**Comissão de Assuntos Sociais define pauta **6****

**Com versão digital, relatório do Senado amplia conteúdo **2****

**Prazo para o DF contratar crédito é prorrogado **3****



Pedro França/Agência Senado

O senador Paulo Paim (C) conduz a audiência pública sobre a greve dos médicos peritos do INSS

### INSS e médicos peritos avançam em negociação, e greve pode chegar ao fim logo

Na Comissão de Direitos Humanos, representantes do INSS e dos médicos peritos afirmaram que as negociações para pôr fim à greve dos profissionais estão avançadas.

A greve começou em setembro. Na semana passada, o trabalho foi retomado apenas parcialmente. Reajuste salarial é a principal reivindicação. **7**

### Oposição anuncia voto em separado pela reprovação das contas federais de 2014

A Comissão Mista de Orçamento deve votar o parecer sobre as contas do governo Dilma de 2014 até a primeira semana de março, segundo calendário divulgado ontem. O

relatório de Acir Gurgacz aprova as contas com ressalvas, mas a oposição quer apresentar texto alternativo, pela rejeição, como recomendado pelo TCU. **8**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Deputado Domingos Sávio, secretário da CMO e senadora Rose de Freitas em reunião do colegiado

### Eventos no Congresso lembram o Dia Mundial do Câncer

Para marcar a data, comemorada em 4 de fevereiro, foi lançada ontem no Congresso a campanha global "Nós Podemos. Eu Posso", com ações para agilizar diagnósticos que podem salvar vidas, buscar igualar as redes pública e privada nos cuidados contra a doença e tornar o combate ao câncer uma prioridade. **8**

ONG Recomeçar e Procuradoria da Mulher no Senado organizam ato em Brasília para marcar o Dia Mundial do Câncer, celebrado hoje



Gerardo Magela/Agência Senado

### Prefeitos pedem apoio a agenda municipalista

Representantes da Frente Nacional de Prefeitos pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, celeridade na votação de propostas que ajudem os municípios a sair da crise, como a PEC dos Precatórios. Renan disse que a questão é prioritária. **4**

**Impostos devem mobilizar votações durante o ano **5****



Segundo Renan (C), ao lado de Fernando Bezerra Coelho, o Parlamento não vai "esconder a cabeça debaixo do tapete"

## Senado vai deliberar sobre temas polêmicos, diz Renan

Independência do Banco Central e terceirização são as propostas citadas pelo presidente da Casa

AO PRESIDIR A primeira reunião da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura, ontem em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a votação de projetos complexos como os que tratam da independência do Banco Central e da terceirização.

— O Congresso Nacional vai ter que deliberar sobre temas controversos. O papel do Parlamento não é esconder a cabeça debaixo do tapete. É decidir sobre as questões que são cruciais para a sociedade brasileira — afirmou Renan.

Para o presidente do Senado, o fato de os temas não serem consensuais não justifica a falta de votação.

— O papel do Parlamento é este: é deliberar sobre temas controversos. Quais são os temas controversos? Aqueles que dividem pontos de vista. São controversos porque dividem. O Parlamento não pode, porque o tema é controverso, deixar de deliberar sobre ele. Então, nós vamos ter que deliberar. Eu sei que aqui muita gente defende a independência formal do Banco Central. Eu defendo e eu sei que muita gente não defende. Mas por que esse tema divide, nós vamos deixar de deliberar sobre ele? Não — afirmou.

Renan ressaltou que, toda vez que o Congresso se omite sobre uma matéria controversa, a omissão já é reflexo de uma posição política.

— Nós vamos fazer um esforço para compatibilizar o funcionamento do Congresso Nacional com as eleições deste ano e vamos deliberar sobre essas matérias definitivamente;

elas não podem mais ser postergadas — advertiu o presidente do Senado.

Para atender os senadores que solicitaram a não inclusão de algumas matérias na pauta do Plenário sem discussões mais aprofundadas nas comissões permanentes, Renan Calheiros decidiu marcar para a terça-feira (16), depois do Carnaval, uma reunião com os líderes e outra com os presidentes das comissões permanentes e relatores de propostas não consensuais.

— Servirão para construir uma agenda de interesse nacional para o primeiro semestre — disse.

### Terceirização

Renan lembrou matérias que tramitam no Senado ou na Câmara dos Deputados que não contam com a unanimidade da representação e tratam de temas importantíssimos para o país. Ele defendeu o amadurecimento da discussão e o estabelecimento de uma data para a votação desses temas pelo Senado.

— Não é uma agenda do senador Renan; são temas controversos que dividem o Senado e precisam ser deliberados — afirmou o presidente.

Sobre o projeto que trata da terceirização, Renan esclareceu que, embora deseje a regulamentação do setor, não concorda completamente com o texto enviado pela Câmara dos Deputados. Ele disse que considera fundamental estabilizar as relações do setor que hoje, no Brasil, emprega 13 milhões de trabalhadores.

— Essa posição eu sempre defendi, continuo a defender.

Isso é modernidade. É uma questão de fato que já existe, que precisa ser regulamentada para acabar com essa insegurança que, inclusive, dificulta investimentos. É esse o debate que nós temos que fazer. E convergir, independentemente de posição política ou ideológica, com relação aos temas de interesse do Brasil.

Já em relação à proposta de independência do Banco Central, Renan Calheiros reafirmou sua posição favorável.

— Defendo, sempre defendi e isso não vai contaminar a posição da maioria do Senado. Cada um tem seu ponto de vista. Defendo porque o Banco Central do Brasil nasceu formalmente independente. O primeiro ato da ditadura militar foi tirar a independência formal do Banco Central. Então, neste momento, para que você possa deixar o Banco Central centrado, focado apenas na defesa da política monetária, é muito importante conceder mandato a seu presidente e a seus diretores, porque aí o Banco Central estará livre de qualquer interferência, seja política, ou econômica, ou do sistema financeiro.

Renan observou que não há nenhum país no mundo que tenha um programa econômico de meta de inflação que não tenha o Banco Central formalmente independente:

— O Brasil é o único que não tem e aqui temos um agravante: o presidente do Banco Central é ministro do governo, ministro nomeado.

(Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Relatório de atividades da Casa em 2015 traz versão digital

O presidente Renan Calheiros apresentou aos senadores, em Plenário, a edição 2015 do *Relatório da Presidência — Senado Federal e Congresso Nacional*. O relatório deste ano já está disponível e traz novidades: uma versão impressa e outra digital, o que permitiu uma grande economia de papel. Em razão disso, explicou Renan, enquanto no ano passado a publicação tinha 1.100 páginas, agora tem apenas 178.

— No entanto, o conteúdo é inúmeras vezes superior ao do anterior. A versão em papel é um mero resumo. No papel, podemos ver, por exemplo, o número de vezes que um senador usou a palavra. Na versão eletrônica, um clique sobre essa informação nos mostra quais foram essas oportunidades e a íntegra das notas taquigráficas. Trata-se de uma verdadeira revolução na qualidade e na quantidade das informações — explicou Renan.

O relatório é editado desde 1930 e traz os números das atividades legislativas. A publicação está disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015>.

Este ano, o Senado com-

pleta 190 anos. Para comemorar a data, estão previstas várias homenagens. Uma delas será a atualização do chamado "Túnel do Tempo", corredor que liga o Palácio do Congresso ao Anexo 2.

Renan Calheiros informou ainda que serão realizados seminários sobre a história do Senado e a publicação de obras.

— Pretendemos que essa marca histórica seja comemorada com eventos que promovam a reflexão e produção de conhecimento acerca do papel do Senado Federal na história do Brasil, sua contribuição para o desenvolvimento do Estado nacional e o fortalecimento da unidade e da democracia em nosso país — disse.

Renan também anunciou a ampliação em 30% no tamanho do painel eletrônico de votação.

— Isso permitirá que possamos disponibilizar no painel a ementa das proposições que estamos votando, dando assim mais transparência e segurança ao voto de cada senador — explicou.

O senador Renan Calheiros informou que, em atenção às senadoras, foi construído um banheiro feminino no Plenário da Casa adaptado a cadeirantes.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 20h45 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### CRA Reforma agrária

8h Audiência pública para discutir o livro *Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra*. Após, análise de requerimentos para convocação dos ministros Kátia Abreu e Patrus Ananias.

#### CDH Trabalho

9h Audiência interativa sobre trabalho, desemprego e aposentadoria, com foco nas reformas previdenciária e trabalhista.

#### BARRAGENS Plano de trabalho

10h A Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens se reúne pela segunda vez. Os integrantes do colegiado vão avaliar alterações no plano de trabalho.

#### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e a avisos da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Famílias com crianças de até 6 anos deverão receber orientações sobre paternidade e maternidade responsáveis e desenvolvimento infantil, entre outros assuntos

# Marco eleva tempo de licença para pais e mães

OS SENADORES APROVARAM ontem o projeto que cria o Marco Legal da Primeira Infância (PLC 14/2015), período que vai de zero a 6 anos de idade. Uma novidade é o aumento do tempo para os pais cuidarem dos recém-nascidos. O texto, que ainda vai à sanção presidencial, aumenta para 6 meses a duração da licença-maternidade, por meio do Programa Empresa-Cidadã, e para 20 dias a licença-paternidade. Os mesmos direitos estão assegurados a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

O projeto estabelece como questões prioritárias a serem cuidadas na primeira infância saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente.

Gestantes e famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem castigos físicos. A ideia é a formação e a consolidação dos vínculos afetivos e o estímulo ao desenvolvimento integral na primeira infância.

O texto ainda expande a educação para as crianças de zero a 3 anos. As instalações e os equipamentos devem obedecer aos padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação. Além disso, o poder público



Senadores comemoram em Plenário a aprovação do projeto que cria o Marco Legal da Primeira Infância, período que vai de zero a 6 anos de idade

deverá organizar e estimular a criação de espaços lúdicos em locais onde há circulação de crianças.

O marco legal também obriga a União a manter registros com os dados do crescimento e desenvolvimento da criança. União, estados e municípios deverão informar à sociedade quanto gastaram em programas e serviços para a primeira infância.

## Desenvolvimento

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ressaltou que havia uma lacuna de políticas voltadas à primeira infância no Brasil, e o projeto é um reconhecimento dessa fase como base para todas as aprendizagens. Segundo ele, a neurociência classifica esse período como funda-

mental na estruturação do ser humano, pois nele se formam pelo menos 80% das conexões entre os neurônios.

— Estudos demonstram que a qualidade de vida de uma criança entre o nascimento e os seis anos pode determinar as contribuições que ela trará à sociedade quando adulta — explicou.

A relatora do projeto, Fátima Bezerra (PT-RN), disse que o marco faz parte da “agenda cidadã” e está em consonância com o Plano Nacional de Educação e com o Plano de Ações Articuladas.

— É uma legislação muito avançada. Estende o olhar sobre todos os direitos da criança na primeira infância. Pode-se reconhecer o valor de um país pelo modo como trata suas crianças, é disso que trata esse projeto de lei — elogiou.

Waldemir Moka (PMDB-MS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Medeiros (PPS-DF) ressaltaram que gastar com a primeira infância é investimento. Segundo eles, cada criança que não é bem cuidada nessa fase é um pedaço do futuro que é consumido no Brasil inteiro.

José Serra (PSDB-SP) acrescentou que o projeto ainda abre caminho para o fortalecimento da profissão de educador da primeira infância, que é tratada de maneira improvisada no Brasil, embora seja um setor da área educacional extremamente complexo. Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou o fato de o Senado ter aberto o ano de votações com uma proposta tão importante para o futuro.

## Distrito Federal ganha tempo para receber crédito do BID

A prorrogação do prazo para que o Governo do Distrito Federal (GDF) contrate empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi aprovada ontem pelo Plenário.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2016, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), prorroga em 180 dias o prazo da autorização estabelecida originalmente no PRS 44/2014.

No início de setembro de 2014, o Senado autorizou o GDF a contratar operação de crédito externo com o BID no valor de até US\$ 31,99 milhões. Os recursos se destinam ao financiamento parcial do

Programa de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal (Prodefaz). O prazo inicial, de 540 dias, se encerraria em março.

Cristovam disse que, devido à falta de concordância do Ministério da Fazenda, não houve a concessão da garantia no decorrer do exercício financeiro de 2015, mas o processo de contratação da operação de crédito externo encontra-se hoje em análise na Secretaria do Tesouro Nacional.

O senador também fez questão de destacar que não há alteração na resolução original, com mudança apenas no prazo, que agora vai até o mês de agosto.



Projeto de Cristovam prorroga em 180 dias o prazo dado ao GDF

## Ferraço critica juros de Fundo do Nordeste

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que aumentou os juros das operações de crédito feitas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Ele pediu que o Senado cancele a medida por meio de um decreto legislativo.

Ferraço disse que a natureza do FNE impede que o CMN tome decisões que modifiquem dessa maneira a utilização dos recursos. Segundo ele, o CMN também reduziu a diferença entre as taxas cobradas de empresas de grande e de pequeno porte.



Ana Volpe/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado

## Elmano apoia protestos de setor produtivo

O senador Elmano Ferrer (PTB-PI) destacou o protesto de federações das indústrias dos nove estados nordestinos contra a elevação das taxas de juros nas operações com fundos constitucionais. Para ele, a decisão do Conselho Monetário Nacional foi equivocada e deve acarretar grande prejuízo para os setores produtivos da região.

Elmano ressaltou ainda que o aumento das taxas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi de 71,4% e deve causar a redução dos investimentos, com aumento do desemprego e diminuição da renda.

## Cassol pede à Anvisa decisão sobre remédio

O uso da fosfoetanolamina no combate ao câncer voltou a ser defendido por Ivo Cassol (PP-RO) em discurso na terça-feira.

O senador disse que a substância não é o único tratamento possível, mas afirmou que o uso do remédio não deve ser desprezado. Ele cobrou posição mais firme da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre o tema. Segundo Cassol, o medicamento pode baratear o tratamento do câncer.

— Precisamos diminuir o custo, para que todos sejam atendidos com dignidade — afirmou o senador, lembrando que hoje é o Dia Mundial do Câncer.



Moreira Matiz/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado

## Wellington cobra agilidade em obras de BR

Em pronunciamento ontem, Wellington Fagundes (PR-MT) cobrou o andamento das obras de manutenção e conservação da BR-163, que corta o estado de Mato Grosso, no trecho entre Rondonópolis e Cuiabá.

O senador apelou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Ministério dos Transportes para que os contratos sejam cumpridos.

— É impossível pensar em desenvolvimento e crescimento de Mato Grosso sem que haja estruturação das rodovias como um todo, mas principalmente desta, que entrou no programa de concessão do governo.

# Cidades terão atenção do Senado, reforça Renan

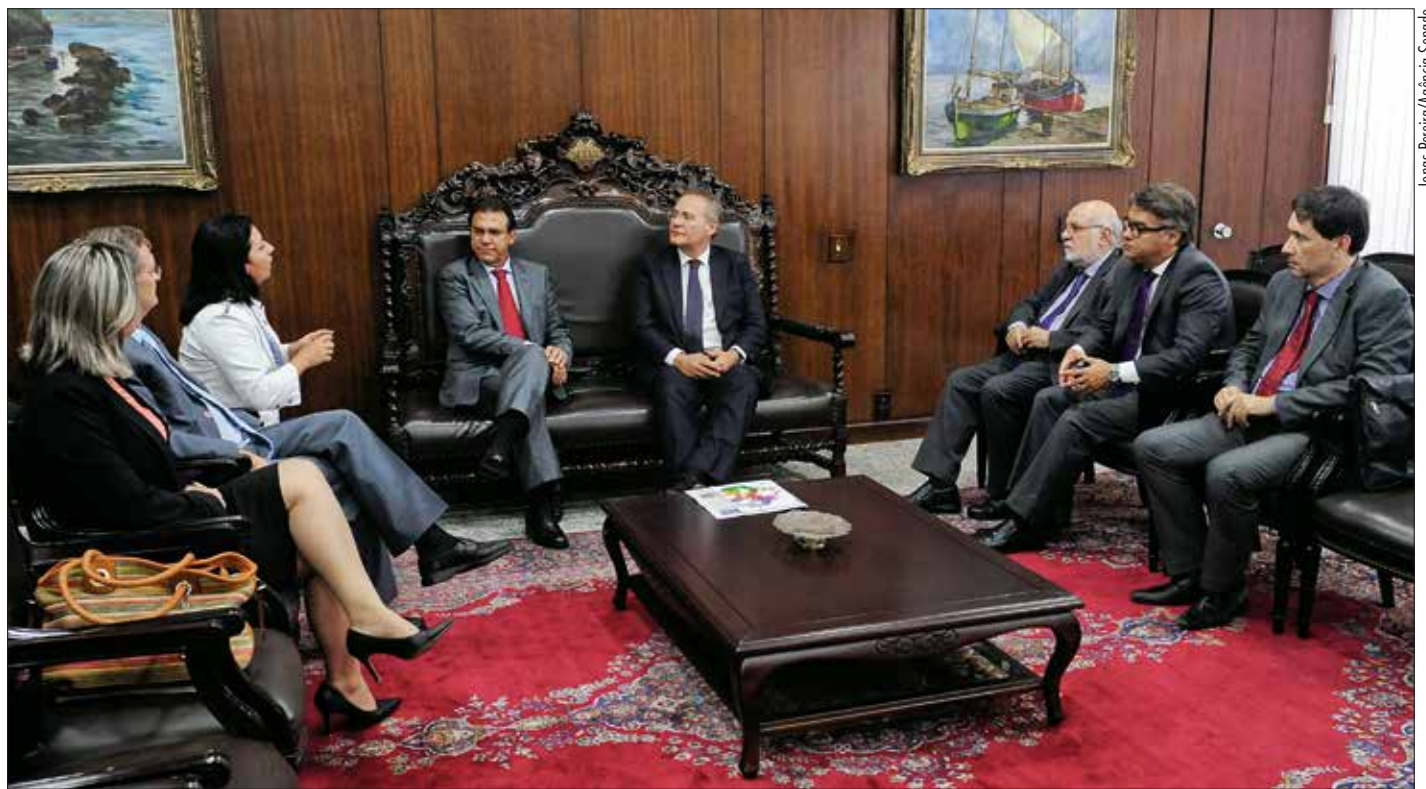
Prefeitos dos municípios mais populosos do país pediram ontem aprovação de medidas, como PEC dos Precatórios e atualização do ISS, para socorrer finanças municipais

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, reafirmou o compromisso de elaborar com os líderes partidários uma agenda emergencial que atenda estados e municípios. Depois de se reunir com uma comitiva de governadores no início da semana, Renan recebeu ontem representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne os administradores das cidades mais populosas do país.

— É fundamental que o Senado, que é a Casa da Federação, mais uma vez, não cruze os braços nessa hora. Nós vamos priorizar essa pauta além daqueles pontos que já estão priorizados na chamada Agenda Brasil; 19 já foram apreciados pelo Senado Federal e nós vamos dar continuidade — garantiu.

Ao assegurar prioridade para os assuntos da Federação, Renan apontou, porém, as dificuldades para o andamento das votações em um ano atípico.

— A minha preocupação é como compatibilizar o funcionamento do Congresso Nacional com a realização das eleições e das Olimpíadas.



Renan (centro, à dir.) ouve representantes da Frente Nacional de Prefeitos, que pediram apoio para uma agenda emergencial que atenda os municípios

## Precatórios e ISS

Os prefeitos pediram prioridade para a aprovação da PEC dos Precatórios (PEC 159/2015). A proposta autoriza o uso de até 75% de depósitos judiciais e administrativos tributários e de 40% dos depósitos judiciais privados até a quitação dos valores

devidos pelos municípios.

Para o secretário-geral da FNP, Luiz Marinho, prefeito de São Bernardo do Campo (SP), é importante que a proposta seja aprovada no Senado sem modificação, para que o texto não volte para a Câmara dos Deputados. Ele também manifestou preocupação pela possibilidade de os tribunais de Justiça determinarem o pagamento dos precatórios conforme regra do

Supremo Tribunal Federal (STF), com sequestro das contas das prefeituras.

— Isso causaria um verdadeiro caos econômico nos municípios brasileiros e, portanto, o Senado tem em suas mãos a possibilidade de ajudar e muito os municípios — disse Luiz Marinho.

Outro pedido dos prefeitos foi a aprovação do texto original do Senado — e não o modificado na Câmara — da modernização da legislação do Imposto

sobre Serviços (ISS). A proposta (PLS 386/2012) atualiza a lista de serviços tributáveis, especialmente na área de tecnologia. O texto permite ainda a revisão dos critérios de lançamento do imposto decorrente da prestação de serviço por administradoras de cartão de crédito e débito e do arrendamento mercantil (*leasing*). A medida contribuiria para combater a guerra fiscal entre os municípios.

## Lasier defende nova distribuição de recursos entre entes federativos

O senador Lasier Martins (PDT-RS) defendeu um novo pacto federativo que garanta a estados e municípios



Jefferson Rudy/Agência Senado

mais recursos para atender a população. Ele lembrou que atualmente 65% dos tributos recolhidos nos estados são destinados à União, fazendo com que os demais entes federados fiquem sem dinheiro.

Lasier destacou que, além de problemas como falta de recursos para a

folha de pagamento, existem as intempéries.

Foi o caso de Porto Alegre, na sexta-feira, quando um ciclone atingiu a cidade, deixando feridas, ruas alagadas, casas destelhadas e a prefeitura sem recursos para resolver mais esse problema.

— O tão propalado pacto federativo precisa sair do discurso para melhorar a vida dos brasileiros — disse o senador.

## Bezerra critica veto a medida que reforçaria caixas de prefeituras

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) criticou o veto da presidente Dilma Rousseff ao item da Lei de Repatriação de Dinheiro que garantia que a multa aplicada na repatriação fosse destinada a estados e municípios.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ele defendeu a derrubada do veto, alegando ser esse o único dinheiro novo que poderá entrar nos fundos de participação para ajudar estados e municípios.

Ele criticou também a decisão do Conselho Monetário Nacional que determina que os juros dos empréstimos dos fundos constitucionais sejam superiores aos do programa de investimentos do BNDES.

Após advertir que isso prejudicará o desenvolvimento regional, defendeu mobilização das bancadas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste para exigir revisão da decisão.

## Crise econômica atinge Amapá com mais força, destaca Randolfe

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por causa de características próprias, o Amapá sofre com mais intensidade os efeitos da crise econômica. Para ele, um espirro na economia nacional vira uma pneumonia no estado.



Moreira Matiz/Agência Senado

O senador citou dados que apontam queda de 20% da receita de vendas.

— Quase 70% da massa salarial vem da remuneração de servidores públicos e três quartos

da receita do governo estadual são fruto de transferências da União. O emprego formal recuou 5,5% no ano passado.

Ele defendeu um pacto entre os diferentes atores da sociedade do Amapá para retomar o crescimento. Para ele, isso passa pela implantação da Zona Franca Verde de Macapá e Santana, cuja regulamentação foi assinada por Dilma Rousseff em dezembro.

## Requião afirma que prioridades para 2016 são "pauta-bomba"

Roberto Requião (PMDB-PR) chamou de "pauta-bomba" os projetos que podem ser votados



Jefferson Rudy/Agência Senado

pelo Senado em 2016. Entre as prioridades anunciadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, está a independência do Banco Central. Para Requião, a mudança entregará o banco para especuladores.

— Banco Central independente é ditadura

do dinheiro, dos juros, da agiotagem sobre o nosso país e o nosso povo. Banco Central independente é liberdade total e irrestrita para que os especuladores se apossem de vez do país.

Ele considerou a pauta prioritária conservadora. E criticou outro projeto listado, o que permite à Petrobras não participar com o mínimo de 30% da exploração do pré-sal.

## Fátima critica agenda legislativa e diz temer "neoliberalismo radical"

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que a agenda de votações da Casa inclui itens que "não servem ao Brasil". Ela disse temer que, se os projetos não forem submetidos a "profundo debate", possam fazer o país voltar a um passado de "neoliberalismo radical", com desigualdade, desemprego e sucateamento do Estado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

A senadora cobrou a formulação de medi-

das econômicas que recoloquem o Brasil no caminho do desenvolvimento, mas considera indispensável barrar no Congresso retrocessos nas conquistas sociais.

— Entendemos que [as propostas legislativas] não vêm na direção de fortalecer o Estado, para que se preserve o emprego, o poder de compra do trabalhador, a distribuição de renda.

## Capiberibe pede fornecimento de energia para interior do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) pediu ao governo federal que retome o Programa Luz para Todos, a fim de garantir energia às comunidades do interior que ainda estão sem eletricidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Essa é a situação do arquipélago de Bailique, na foz do Rio Amazonas, no Amapá. A região já teve energia, mas está há meses sem. Segundo Capiberibe, a situação o

deixa decepcionado com a pouca capacidade de o país vencer obstáculos que entravam o desenvolvimento.

O senador lamentou também que Dilma Rousseff tenha vetado, no Plano Plurianual de 2016 a 2019, as políticas de incentivos às alternativas energéticas e a auditoria à dívida pública.

— Precisamos derrubar esse veto.

Volta da CPMF, reforma do ICMS e mudanças no Simples Nacional fazem parte das prioridades do governo listadas pela presidente Dilma na mensagem ao Congresso

# Votações de impostos podem dominar agenda

A PAUTA DO Congresso pode ser tomada neste ano pela análise de mudanças em impostos. Na mensagem ao Parlamento, apresentada na terça-feira, a presidente Dilma Rousseff defendeu a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e mudanças na arrecadação do Simples Nacional.

Dilma anunciou a disposição de incluir a participação de estados e municípios na arrecadação da CPMF, destinando os recursos para a previdência e a saúde custeadas pelos entes federativos. Na visão dela, a CPMF é a ponte entre a urgência do momento atual, marcado pela falta de recursos do governo, e a estabilidade fiscal de médio prazo.

Para fazer a reforma do ICMS andar no Senado, a presidente quer regulamentar a Lei 12.354/2016, que trata da repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior e não declarados à Receita Federal. Dilma disse que pretende destinar parte desses recursos a fundos que ajudarão os estados a suportar a redução nas alíquotas interestaduais, prevista na reforma.

O tema está na pauta do Senado desde 2013, com avanços e recuos. A maioria dos estados precisa da reforma para legalizar os incentivos da guerra fiscal, e o governo federal a defende com o objetivo de



A presidente Dilma Rousseff conversa com a senadora Ana Amélia (de branco) na chegada ao Congresso, na terça-feira, para a abertura dos trabalhos legislativos

estimular a retomada da economia. Entretanto, disputas entre os estados vêm impedindo a votação no Plenário do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, que já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Dilma acredita que, com a reforma do ICMS, será possível firmar em 2016 os acordos de convalidação de incentivos fiscais, “eliminando uma fonte de incertezas para empresas e governos estaduais”. Os incentivos concedidos sem a unanimidade dos estados contrariam a Lei Complementar 24/1975 e foram considerados inconstitucionais.

A assinatura dos convênios de convalidação é disciplinada

pelo PLS 130/2014 — Complementar, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que aguarda a decisão da Câmara dos Deputados, onde tramita como PLP 54/2015.

## Simples

Quanto ao Simples Nacional, Dilma informou a intenção de criar “uma faixa de saída” do regime simplificado. A presidente disse que vai trabalhar para que esse novo sistema entre em vigor no próximo ano. A medida é prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 125/2015, que eleva de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual da microempresa e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões o

da empresa de pequeno porte. Aprovado pela CAE, o projeto está na pauta do Plenário.

A relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou na proposta exatamente o mecanismo que assegura progressividade aos tributos pagos por meio do Simples Nacional. Trata-se de uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à aplicada no cálculo do Imposto de Renda. O objetivo é suavizar a passagem de uma faixa para outra, sem elevação brusca da carga tributária.

A relatora notou que o principal receio das empresas que hoje fazem parte do Simples é sofrer “um tranco tributário”: quando migram para o lucro

presumido, a carga sobe 54% para o comércio, 40% para a indústria e 35% para os serviços.

A presidente da República pediu ao Congresso que aprove a revisão da tributação de juros sobre capital próprio das empresas e dos ganhos de capital das pessoas físicas. A revisão é prevista na Medida Provisória (MP) 694/2015, que alterou regras de cálculo e de tributação dos juros sobre capital próprio pagos por empresas a seus sócios ou acionistas.

A medida, que tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR), está pronta para entrar na pauta de comissão mista encarregada de fazer a análise prévia do texto.

## Lindbergh critica pauta proposta por Renan ao Congresso

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) se disse preocupado com as prioridades do Congresso neste ano propostas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

De acordo com Lindbergh, as ideias são incoerentes com o momento de crise econômica. Ele criticou, por exemplo, o projeto de lei que regulamenta a terceirização de mão de obra.

O senador também condenou o texto que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, a proposta que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais e a ideia de tornar o Banco Central independente.

— Na verdade, a tese do Banco Central independente é deixá-lo aprisionado apenas aos interesses do mercado.



## Aumento da carga tributária tem oposição de Reguffe

A mensagem da presidente Dilma Rousseff, na abertura dos trabalhos legislativos, na terça-feira, reafirmou a disposição do governo de aumentar a carga tributária. A opinião é do senador Reguffe (PDT-DF), que adiantou ser contrário à volta da CPMF.

Reguffe lembrou que a carga tributária do Brasil chega a 36% do produto interno bruto (PIB), o maior percentual entre os países do Brics (grupo de países emergente que também reúne Rússia, Índia, China e África do Sul).

O senador disse que a criação de um imposto tem um efeito cascata, resultando no aumento dos preços de serviços e produtos.

— O que vai facilitar o crescimento da economia é a redução da carga — afirmou.



## Gurgacz pede união entre líderes para que país saia da crise

Em pronunciamento na terça-feira, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a união das lideranças partidárias para a saída da crise econômica que atinge o país.

Gurgacz disse que não se podem partidizar temas importantes que se encontram em discussão no Congresso. Na avaliação dele, a saída da crise atual exige ações coletivas, “independentemente de cores partidárias e das eleições municipais, em outubro”.

O senador cobrou investimentos na infraestrutura dos estados. Afirmou também que um dos grandes desafios do ano é transformar o ajuste fiscal em uma reforma tributária que não traga aumento de impostos e distribua melhor a arrecadação entre União, estados e municípios.



## Humberto defende CPMF e Orçamento mais flexível

As medidas temporárias sugeridas pelo governo para garantir a estabilidade econômica foram defendidas ontem pelo líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE). Na terça, a presidente Dilma Rousseff pediu a volta da CPMF e a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União até 2023.

— Essas duas medidas vão dar o espaço necessário para a administração da política fiscal até que as reformas de médio e longo prazo comecem a produzir efeito, o que reitera o caráter provisório da CPMF — afirmou.

Para ele, a CPMF tem um perfil menos injusto, porque cada pessoa paga de acordo com o dinheiro que movimentar nos bancos. Já a DRU dá ao governo maior flexibilidade na administração do Orçamento.



## Bauer lamenta propostas de Dilma para a economia

Faltaram na mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Congresso propostas concretas para a reativação da economia. Esse é o entendimento do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que ontem lamentou a ausência de uma política de desenvolvimento industrial para o país.

— Estamos subordinados e dependentes das commodities, que hoje já não são mais uma riqueza tão excepcional quanto foram há oito ou dez anos — disse.

Para ele, Dilma concentrou o discurso nas contas do governo, incluindo a defesa da CPMF, mas não mostrou a mesma determinação em combater as elevadas taxas de juros, aumentar a eficiência da máquina pública e cobrar providências contra o crime.





Lobão (D) leu relatórios de projetos que a Comissão de Assuntos Sociais vai votar depois do Carnaval, como o que trata de recolhimento para previdência

## Comissão avalia exclusão de auxílio à saúde do salário de contribuição

Projeto será examinado pela CAS, que ontem definiu pauta. Aposentadoria para vítima de talidomida também estará em análise

NA PRIMEIRA REUNIÃO do ano, ontem, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) definiu os temas que serão votados a partir do dia 17, depois do Carnaval.

Entre os projetos, está o PLS 216/2011, de Eunício Oliveira (PMDB-CE). A proposta estabelece que o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por meio de convênio, não deve integrar o salário considerado para

fins de recolhimento das contribuições previdenciárias. A exclusão vale mesmo que a assistência não atinja todos os empregados. Atualmente, para que o valor não integre o salário de contribuição, a cobertura precisa abranger todos os funcionários.

O projeto também exclui da base de cálculo o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos e gastos médico-hospitalares.

Para definir os temas, o presidente da

CAS, Edison Lobão (PMDB-MA), fez a leitura dos relatórios de vários projetos que aguardam decisão do colegiado.

Também foi lido o relatório ao PLS 512/2011 — Complementar, de Paulo Paim (PT-RS), que dá a trabalhadores do setor privado e servidores públicos vítimas da síndrome da talidomida o direito a se aposentar voluntariamente após 20 anos de contribuição. Vendido no Brasil até 1965, o medicamento causou malformações em bebês.

### Para Viana, Congresso deve contribuir para a redução da violência

Jorge Viana (PT-AC) propôs que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, seja convidado para debater na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a necessidade de atualização do Código Penal, devido ao aumento da violência no país e à antiguidade da legislação, que é de 1940.

O senador disse que, em 1980, o Brasil tinha média de 11 homicídios por 100 mil habitantes e hoje o índice é de 26,3 mortes. Em 2014, houve 53 mil assassinatos no país, ressaltou.

— O Congresso precisa dar uma resposta à sociedade. O Brasil, do ponto de vista nominal, é o lugar em que mais gente é assassinada no mundo.

Ele pediu voto de pesar pela morte do servidor do Senado Eli Roberto Chagas, assassinado em assalto na terça-feira.

### Valadares defende limites para criação de partidos políticos

O líder do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE), defendeu em Plenário uma reforma partidária para limitar a criação de partidos. Segundo o senador, muitos dos 35 partidos registrados no país representam apenas os interesses de alguns dirigentes e não têm qualquer relação com correntes políticas na sociedade, o que enfraquece a democracia.

— O partido político é visto somente como instrumento para a conquista do poder ou, mais precisamente, para acesso ao poder, inclusive de acesso ao Fundo Partidário, para o qual, ultimamente, foi muito aumentada a contribuição da sociedade — lamentou.



### População precisa fazer sua parte no combate ao Aedes, diz Medeiros

A responsabilidade por controlar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* é de todos os brasileiros, disse José Medeiros (PPS-MT). Para o senador, não basta a população aguardar o poder público fazer sua parte. Todos devem participar ativamente da batalha, limpando áreas onde há objetos que acumulam água para impedir a procriação do transmissor de vários vírus. Ele elogiou a sinceridade do ministro da Saúde, Marcelo Castro, que afirmou que o país vem “perdendo a guerra” para o mosquito.

— É isto o que a sociedade espera: que os homens públicos digam a verdade. Chega de retórica, de enrolação.



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

## Audiência pública discute livro sobre reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje, às 8h, audiência pública para discutir as reflexões contidas no livro *Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra*. O livro aborda, entre outros temas, as mudanças pelas quais o meio rural vem passando nos últimos anos, principalmente com o maior uso de tecnologia na agropecuária.

Participarão do debate os dois autores do livro: o pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Embrapa Zander Navarro e o diretor-executivo do site Observador Político/Instituto Fernando Henrique Cardoso, Xico Graziano.

Graziano é sócio-diretor da OIA Certificação Socioambiental, engenheiro agrônomo com mestrado em economia agrária pela USP e doutorado em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), presidente do Incra, secretário de Agricultura e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Navarro é engenheiro agrônomo, mestre em sociologia rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutor em sociologia pela Universidade de Sussex (Inglaterra) e pós-doutor em ciência política pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT/EUA). É professor no Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento (IDS/Inglaterra).

### Nova realidade

Autora do requerimento para a audiência, Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que, apesar das grandes mudanças produtivas no meio rural, boa parte das análises permanece vinculada ao passado anterior à modernização.

— Uma nova realidade se impõe aos que pretendem interpretar o campo brasileiro e contribuir para a modernização das ideias agrárias, da legislação e políticas públicas no Brasil — disse a senadora.

Após a audiência, serão votados requerimentos de convocação dos ministros da Agricultura, Kátia Abreu, e do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. Eles serão convocados para apresentar diretrizes e programas prioritários de suas pastas para 2016.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Após greve de 4 meses, perícias voltaram na semana passada apenas parcialmente. Para retomar atendimento completo, médicos exigem reajuste de salários e mudança na jornada de trabalho

## INSS e peritos avançam em diálogo para pôr fim a greve

REPRESENTANTES DO GOVERNO e dos médicos peritos do INSS disseram acreditar que brevemente haverá um acordo e todas as atividades da perícia médica serão retomadas.

Depois de uma greve de mais de quatro meses, os médicos retornaram parcialmente ao trabalho na semana passada. Eles realizam apenas a perícia inicial de auxílio-doença. A retomada do atendimento completo aos segurados depende de um acordo com o governo.

O governo e os peritos participaram ontem de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), Francisco Alves, afirmou:

— Ontem [anteontem] avançamos em vários aspectos que eram objeto de impasse, como a jornada de trabalho e o reajuste. Houve boa vontade do governo de negociar esses pontos. Temos a expectativa de que assinaremos o termo de acordo hoje [ontem] ou o mais breve possível.

### Ponta do iceberg

Uma nova negociação estava marcada para o final do dia de ontem, informou Sérgio Antonio Martins Carneiro, diretor de Saúde do Trabalhador do INSS.

A audiência na CDH revelou uma crise no modelo de concessão de benefícios do INSS, sendo a grande fila de espera pela perícia apenas a ponta do iceberg, na avaliação de Thaís Riedel, que coordena o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e a Comissão de Seguridade Social da seccional Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF).

Como explicou Marco Antônio Gomes Perez, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, boa parte dos que aguardam na fila pede o auxílio-doença, benefício que exige perícia para afastamentos acima de 15 dias. Ele considera que há sobreposição da ação do perito, que é acionado em caso de afastamento temporário determinado pelo atestado de um médico do SUS, ou seja, pela assistência médica prestada pelo Estado.

— Não faz sentido. O perito poderia estar avaliando aposentadorias de pessoas com deficiência, aposentadorias especiais, benefícios de longo prazo — opinou.

### Casos relevantes

Darcy Santana Vitobello, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, tem a mesma opinião. Afirmando que os peritos têm sobrecarga de trabalho, ela defendeu que eles se dediquem só a casos relevantes.

— Não se resolverá o problema [da fila] com aumento do número de peritos. É preciso racionalizar, atribuindo aos peritos os casos em que efetivamente a perícia é necessária — disse, acrescentando que o tempo médio de espera em algumas cidades pode chegar a 180 dias.

Segundo a legislação, explicou Francisco Alves, da ANMP, médicos do SUS estão aptos a fazer assistência médica, mas não a atestar se o trabalhador acometido por doença está ou não incapaz para o trabalho. Tal atribuição, diz, é restrita ao perito.

Além disso, o dirigente da ANMP afirmou que a perícia é “uma segurança do sistema previdenciário para a concessão de benefícios”. Também lembrou que apenas 30%

dos médicos que atendem no SUS são concursados, sendo os demais prestadores de serviço.

— Ao permitir que o SUS emita laudo de incapacidade para o INSS, estaremos entregando isso à mão de agentes privados — afirmou Alves.

### Concurso público

Luiz Carlos Argolo, diretor do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos, argumenta que os problemas decorrem de uma “política de esvaziamento e desvalorização” da carreira de médico perito. Se houvesse número suficiente de peritos, afirma, os R\$ 20 bilhões pagos anualmente pelo governo em benefícios obtidos via ações judiciais poderiam cair para R\$ 1 bilhão.

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, cobrou a realização de concurso para médicos peritos. Como argumentou, a função de perícia não admite terceirização ou delegação a outros profissionais, por causa da complexidade das tarefas e da necessidade de proteção contra a pressão pela concessão de benefícios.

— O perito deve ter carreira sólida, forte e com independência — frisou Marques.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), elogiou a iniciativa do governo de chamar os peritos para o diálogo e disse confiar no entendimento:

— A Comissão de Direitos Humanos mais uma vez colabora com uma grande conciliação. Todos ganham: o governo, os peritos e principalmente a população.

Também Fátima Bezerra (PT-RN) disse acreditar no entendimento, “com respeito e valorização” dos profissionais responsáveis pela perícia médica.



O ativista indiano Kailash Satyarthi é recebido pelo senador Jorge Viana

## Nobel da Paz pede ao Senado apoio no combate ao trabalho escravo

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), recebeu ontem Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014. Satyarthi pediu o apoio do Senado no combate ao trabalho escravo.

O Nobel da Paz, que estava acompanhado do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), disse ter visto um “progresso impressionante” no Brasil nos últimos 20 anos.

— As instituições democráticas são poderosas e efetivas e a democracia tem se aprofundado e se fortalecido — analisou o ativista indiano.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, não participou do encontro por causa de uma reunião com a presidente Dilma Rousseff. Mais cedo, Renan havia recebido um grupo dedicado ao combate ao trabalho escravo no país. Ele disse que esse combate é uma luta de todo o Brasil e caracterizou como histórica a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 81 no Senado, em 2014.

— É uma causa de todos nós. Não medirei esforços com relação à proteção dos

direitos humanos — prometeu Renan.

O presidente do Senado se comprometeu em mobilizar todos os parlamentares quanto à importância da definição do trabalho escravo tratada no Projeto de Lei do Senado (PLS) 432/2013.

— A violação ao direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa reduzir alguém à condição análoga à de escravo — afirmou.

O PLS 432/2013 se encontrava em regime de urgência para votação em Plenário do Senado, mas foi retirado de pauta a pedido de alguns senadores.

Durante a visita de Kailash Satyarthi, Cristovam Buarque (PDT-DF) entregou ao vice-presidente do Senado um documento assinado por todos os líderes dos partidos pedindo que o PLS 432/2013 tramite em todas as comissões permanentes.

O Nobel da Paz também fez uma rápida visita aos senadores no Plenário.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Audiência hoje trata das reformas trabalhista e previdenciária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz uma audiência pública hoje, às 9h, para debater questões relativas ao trabalho, como desemprego, aposentadoria e discriminação, e às reformas previdenciária, trabalhista e econômica anunciadas pelo governo.

Foram convidados para o debate representantes do Ministério Público do Trabalho, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), da Central Única dos Trabalha-

dores (CUT), da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, da Federação Nacional do Fisco Estadual, da Força Sindical, do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

A realização da audiência pública atende a um requerimento apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que é o presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Observado pelo senador Paulo Paim, o presidente da associação dos peritos do INSS, Francisco Alves, fala no Senado

# Voto em separado pedirá reprovação de contas

Oposição anunciou que prepara documento contrário ao relatório de Gurgacz na CMO e favorável à recomendação do TCU pela rejeição dos gastos do governo federal em 2014

OS PARLAMENTARES DE oposição na Comissão Mista de Orçamento (CMO) anunciaram que apresentarão um voto em separado pela reprovação das contas do governo federal no ano de 2014. O documento fará contraponto ao relatório oficial, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que é pela aprovação, com ressalvas.

O voto está sendo preparado pelo deputado Izalci (PSDB-DF), que anunciou a medida na reunião da CMO, a primeira do ano. Segundo ele, o documento deverá ser subscrito por todos os membros oposicionistas da comissão. Izalci ainda pediu o apoio de parlamentares de legendas “que não são abertamente contrárias ao governo, mas também não integram formalmente a base aliada”.

## Credibilidade

O deputado alegou que o relatório de Gurgacz contraria a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), que, em outubro do ano passado, rejeitou por unanimidade as contas.

— Temos que resgatar a credibilidade não só desta comissão, como também do TCU — defendeu.

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) lembrou as pedaladas fiscais de 2014, como são chamadas as manobras contábeis feitas pelo governo para atrasar o pagamento de operações do Tesouro com bancos públicos. Ele disse que o



Rose de Freitas conduz reunião do colegiado de líderes na Comissão Mista de Orçamento, que decidiu requerer audiência com o relator das contas no TCU

fato de a presidente Dilma Rousseff ter quitado essas dívidas em 2015 é o reconhecimento oficial de que ocorreram procedimentos irregulares, e a CMO não pode ignorar isso.

— As pedaladas permitiram a ela, na campanha eleitoral, dizer ao povo brasileiro uma inverdade: a de que as contas públicas estavam em dia. Não estavam — acusou.

A votação do relatório sobre as contas do governo em 2014 acontecerá até a

primeira semana de março. Antes disso, os membros da CMO têm até o próximo dia 15 para apresentar emendas ao relatório de Gurgacz. Esse prazo era o dia 13, sábado, mas a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), concedeu prorrogação até segunda-feira.

Recebidas as emendas, Gurgacz terá 15 dias para apresentar o relatório final. Depois disso, Rose deve pautar a matéria para votação na comissão

em até 7 dias. A decisão será tomada por maioria simples (16 deputados e 6 senadores).

A reunião de ontem não teve quórum para deliberações. No entanto, o colegiado de líderes da CMO já decidiu que aprovará requerimento de audiência pública com o ministro Augusto Nardes, relator das contas do governo de 2014 no TCU.

O próximo encontro da CMO está marcado para o dia 16, às 14h30.



Nome da senadora deve ser votado no dia 16 pelos membros do colegiado

## Gleisi é indicada para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi indicada ontem pela bancada do seu partido para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A indicação será analisada pelos senadores do colegiado na próxima reunião, marcada para o dia 16.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), ressaltou a experiência de Gleisi em assuntos econômicos e administrativos. Para ele, a senadora, que foi ministra-chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Dilma Rousseff, estimulará a troca de ideias e a votação de projetos importantes.

— Estamos em um momento de crise econômica, onde tudo que pode contribuir para um debate, apresentação de ideias e soluções é bom para o país. Não tenho dúvida de que ela

fará isso da melhor maneira possível — disse.

Humberto disse que, como é uma indicação de partido, não deve haver resistência da oposição ao nome de Gleisi.

— Nós não opusemos qualquer resistência aos indicados tanto pelos partidos da base quanto da oposição. Creio que ninguém vai criar maiores atritos com relação a isso — disse.

## Equilíbrio

José Agripino (DEM-RN) confirmou que é uma tradição na Casa acatar as indicações dos partidos para a presidência das comissões. O senador destacou que a CAE é uma das comissões mais importantes do Senado e disse esperar que Gleisi conduza os trabalhos com equilíbrio.

## Manifestação quer rapidez para combate ao câncer

Para marcar o Dia Mundial do Câncer, celebrado em 4 de fevereiro, a ONG Recomeçar — Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, com a participação da Procuradoria da Mulher do Senado, liderou a formação de um “laço humano” para ressaltar a necessidade de atenção à doença. Carregando balões e sombrinhas cor-de-rosa, os participantes se destacaram no verde do gramado em frente ao Congresso.

Na ocasião, foi lançada a campanha global “Nós Podemos. Eu Posso”, que explora 20 ações para salvar vidas, buscar igualdade nos cuidados contra a doença e tornar o combate ao câncer uma prioridade.

A procuradora da Mulher, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), esteve presente ao evento, apoiado ainda pela Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

A Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) instalou no Salão Azul do Senado um painel para que parlamentares, servidores e visitantes deixem mensagens e sugestões sobre como as pessoas podem agir

no combate à doença. As contribuições podem ser feitas até hoje.

## Prevenção

A falta de informação e prevenção adequada ainda é fator decisivo para mortes que poderiam ser evitadas, garante Edelvais Jeker, de 62 anos. Ela teve um câncer de mama aos 17 anos e superou mais duas investidas do tumor.

— A doença se desenvolve rápido. Eu tive acesso imediato ao tratamento pela rede hospitalar particular. Mas as usuárias da rede pública demoram seis meses para obter uma consulta, um ano para

biópsia e mais um ano para a cirurgia. Se eu tivesse realizado tratamento pelo SUS [Sistema Único de Saúde], com certeza estaria morta — afirmou.

A filha de Edelvais, Joana Jeker, criou a ONG Recomeçar, que defende uma ampla campanha de conscientização.

— Ainda existe muito tabu, medo e preconceito em relação à doença. E isso mata.

Joana ainda reclamou do descumprimento da lei que assegura aos pacientes com câncer o início do tratamento em no máximo 60 dias após a inclusão da doença em seu prontuário no SUS (Lei 12.732/2012).



Parlamentares e membros de organizações formam um “laço humano”